



Correspondência aos Autores

Éllen da Silva Rufino dos Reis
E-mail: ellen_rufino@yahoo.com.br
Universidade do Sul de Santa Catarina
CV Lattes
<http://lattes.cnpq.br/4987297162735620>

Flávia Wagner
E-mail:
flavia.wagner@animaeducacao.com.br
Universidade do Sul de Santa Catarina
CV Lattes
<http://lattes.cnpq.br/9203325213018061>

Submetido: 02 ago. 2024

Aceito: 18 abr. 2025

Publicado: 15 mai. 2025

doi: [10.20396/riesup.v12i00.8677428](https://doi.org/10.20396/riesup.v12i00.8677428)
e-location: e026040
ISSN 2446-9424

Checagem Antiplágio



Distribuído sobre



Revisão integrativa sobre políticas e programas que promovem o acesso e a permanência de pessoas com deficiência no ensino superior

Éllen da Silva Rufino dos Reis  <https://orcid.org/0000-0002-7403-0267>

Flávia Wagner  <https://orcid.org/0000-0002-5805-3565>

RESUMO

Introdução/Objetivo: o ensino superior tem recebido, nas últimas décadas, uma crescente demanda de discentes com deficiência, resultado de grandes movimentos mundiais para a promoção da igualdade de direitos. Isso gera uma pauta urgente, pois a garantia do acesso deve estar acompanhada de condições de permanência. Deste modo, o presente trabalho teve por objetivo identificar e analisar artigos que apresentam políticas e programas que promovem o acesso e a permanência de pessoas com deficiência no ensino superior. **Método:** o texto é resultado de uma revisão integrativa realizada na base de dados da Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO) com os seguintes descritores: “Ensino Superior” AND “Pessoa com Deficiência” AND “Políticas de Inclusão. A pesquisa limitou-se a analisar seis estudos. **Resultados:** os resultados indicam que, apesar da existência de legislações e Programas, ainda há desafios na implementação. As principais lacunas incluem a falta de clareza nas ações institucionais e a ausência de programas de formação continuada eficazes. **Conclusão:** a partir deste trabalho, conclui-se que é essencial revisar e aprimorar as políticas existentes para atender melhor às necessidades dos estudantes com deficiência. Sugerem-se futuras pesquisas na área, com vistas a avançar em direção a uma educação superior efetivamente inclusiva e de qualidade para todos, selado à teorização adequada para aplicação em distintos contextos.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino superior. Programas ou núcleos de acessibilidade. Políticas de inclusão. Revisão integrativa. Pessoa com deficiência.

Integrative review of policies and programs that promote access and permanence of people with disabilities in higher education

ABSTRACT

Introduction/Objective: in recent decades, higher education has experienced an increasing demand from students with disabilities, driven by significant global movements promoting equal rights. This creates an urgent agenda, as ensuring access must be accompanied by conditions for retention. Thus, the present article aims to identify and analyze articles that present policies and programs that promote access and permanence of people with disabilities in higher education institutions. **Method:** the article is the result of an integrative review conducted on the Scientific Electronic Library Online (SciELO) database using the following descriptors: "Higher Education" AND "Persons with Disabilities" AND "Inclusion Policies." Six studies were selected for analysis. **Results:** the results indicate that despite the existence of important legislation and programs, there are still challenges in the practical application of these laws. The main gaps include a lack of clarity in institutional actions and the absence of effective continuous training programs. **Conclusion:** based on this study, it is concluded that it is essential to review and improve existing policies to better meet the needs of students with disabilities. Future research is suggested in the area, aiming to advance towards truly inclusive and quality higher education for all.

KEYWORDS

Higher education. Accessibility programs or centers. Inclusion policies. Integrative review. Persons with disabilities.

Revisión integrativa de políticas y programas que promueven el acceso y retención de personas con discapacidad en la educación superior

RESUMEN

Introducción/Objetivo: En las últimas décadas, la educación superior ha experimentado una demanda creciente de estudiantes con discapacidad, impulsada por importantes movimientos globales que promueven la igualdad de derechos. Esto genera una agenda urgente, ya que garantizar el acceso debe ir acompañado de condiciones de permanencia. Por lo tanto, el presente artículo tiene como objetivo identificar y analizar artículos que presenten políticas y programas que promuevan el acceso y la retención de personas con discapacidad en la educación superior. **Método:** el artículo es el resultado de una revisión integradora realizada en la base de datos de la Biblioteca Electrónica Científica Online (SciELO) utilizando los siguientes descriptores: "Educación Superior" Y "Personas con Discapacidad" Y "Políticas de Inclusión." Se seleccionaron seis estudios para su análisis. **Resultados:** los resultados indican que, a pesar de la existencia de una legislación importante y programas, aún existen desafíos en la aplicación práctica de estas leyes. Las principales brechas incluyen la falta de claridad en las acciones institucionales y la ausencia de programas efectivos de formación continua. **Conclusión:** de este trabajo se concluye que es esencial revisar y mejorar las políticas existentes para atender mejor las necesidades de los estudiantes con discapacidad. Se sugieren futuras investigaciones en el área, con el objetivo de avanzar hacia una educación superior verdaderamente inclusiva y de calidad para todos.

PALABRAS CLAVE

Educación superior, Programas o centros de accesibilidad. Políticas de inclusión. Revisión integradora. Personas con discapacidad.

CRedit

- **Reconhecimentos:** Não aplicável.
- **Financiamento:** Este estudo foi parcialmente financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil.
- **Conflitos de interesse:** Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
- **Aprovação ética:** Não aplicável.
- **Disponibilidade de dados e material:** Não aplicável.
- **Contribuições dos autores:** Conceituação, Curadoria de Dados; Análise Formal; Investigação; Metodologia; Redação do Artigo Original: Reis, E. S. R; Administração do Artigo; Supervisão; Orientação; Validação da Redação: Wagner, F.
- **Revisora gramatical e ABNT:** Luísa Haddad Labello.

Editores de Seção: Luísa Haddad Labello, Maria de Lourdes Pinto de Almeida.

Introdução

A inclusão educacional de pessoas com deficiência no ensino superior é um tema de grande relevância e urgência no contexto educacional brasileiro. O número de discentes com deficiência no ensino superior no Brasil tem aumentado significativamente ao longo dos anos. De acordo com os dados do Censo da Educação Superior de 2022, em 2012, havia 26.483 estudantes com deficiência matriculados na graduação. Em 2022, esse número aumentou para 79.262 matrículas de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Esse aumento representa um crescimento percentual de aproximadamente 199,3% no número de estudantes com deficiência matriculados na graduação entre 2012 e 2022. Em termos de proporção, o total de matrículas de estudantes com deficiência, em 2022, corresponde a 0,8% do total de matrículas em cursos de graduação (Brasil, 2023).

Esses números refletem um aumento significativo em comparação com os anos anteriores, evidenciando o avanço na inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior brasileiro. Esse progresso é resultado da implementação de políticas públicas que garantem medidas protetivas e legais, assegurando o acesso e a permanência desses estudantes em condições apropriadas para atender suas necessidades educacionais específicas (Brasil, 2015). Essas políticas visam eliminar barreiras físicas, atitudinais e comunicacionais, criando um ambiente inclusivo que permita a plena participação de todos os discentes.

As políticas são maneiras de assegurar os direitos das pessoas, porém sabemos que elas não são as únicas responsáveis por garantir o exercício dos direitos, é preciso investimento e responsabilidade daqueles que executam. Dentre os direitos, destaca-se o da educação, desde a primeira infância até o ensino superior na pós-graduação, permitindo que todos possam estar presentes e participar das instituições educacionais, nos ambientes de estudo que desejarem frequentar. A educação inclusiva vai além do simples acesso à escola ou universidade, trata-se de proporcionar um ambiente onde todos os estudantes possam aprender juntos e ter suas diferenças respeitadas e valorizadas.

Segundo Ferreira (2007), inclusão não é apenas oferecer acesso a pessoas com necessidades educacionais especiais ou deficiência ao espaço de ensino, mas também garantir que o ambiente de ensino esteja preparado para atendê-las a qualquer momento. Isso significa dispor de meios e ferramentas adequadas para atender às necessidades individuais de cada estudante. As instituições de ensino superior, portanto, devem se comprometer com a adaptação de currículos, a formação de professores, a acessibilidade física e tecnológica e o apoio psicossocial para criar um ambiente inclusivo na prática. Como afirma Sassak (2004), incluir é materializar diferentes dimensões: arquitetônica, comunicacional, atitudinal, programática, metodológica e instrumental.

A inclusão educacional implica em um compromisso contínuo com a inovação e a melhoria das práticas pedagógicas. Em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão da

Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), as universidades devem investir na criação de programas e núcleos de acessibilidade de referência que ofereçam suporte para a permanência do estudante com deficiência e, com isso, investir em pesquisa e desenvolvimento de metodologias de ensino que sejam acessíveis a todos os estudantes, independentemente de suas habilidades ou limitações. Isso inclui o uso de tecnologias assistivas, a adaptação de materiais didáticos e a implementação de estratégias de ensino diferenciadas que possam atender às diversas necessidades dos discentes.

O papel dos gestores educacionais e dos formuladores de políticas é crucial nesse processo. Eles devem garantir que as leis e regulamentos que protegem os direitos dos estudantes com deficiência sejam rigorosamente aplicados e monitorados. Além disso, é necessário promover uma cultura de inclusão e respeito nas instituições de ensino, sensibilizando toda a comunidade acadêmica sobre a importância da inclusão e os benefícios que ela traz para todos os estudantes.

A inclusão educacional de pessoas com deficiência no ensino superior não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma necessidade para o desenvolvimento sustentável de qualquer sociedade. Ao garantir que todos os indivíduos tenham a oportunidade de desenvolver plenamente seu potencial, contribui-se para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva. É fundamental continuar avançando nessa direção, superando os desafios e celebrando os sucessos que aproximam a sociedade cada vez mais de uma educação para todos.

Segundo Castro e Almeida (2014), assegurar o acesso não é o mesmo que garantir a permanência do discente no ensino superior; a permanência tem relação direta com o processo de inclusão. Constata-se, de acordo com Neves, Maciel e Oliveira (2019), que a inclusão nas universidades ainda é, em grande parte, uma responsabilidade do próprio discente com necessidades educacionais especiais ou deficiência.

Essa lacuna é ainda em função do acesso da pessoa com deficiência às instituições de ensino superior ser algo recente. Como afirmam Campos (2013) e Fernandes (2015), esse é um processo ainda em fase de implantação, o que carece de muitos estudos e investimentos.

Em termos educacionais, a acessibilidade envolve medidas que vão além da dimensão arquitetônica, abrangendo os aspectos legais, curriculares, práticas avaliativas e metodológicas, entre outros. Portanto, as instituições de educação superior, ao promoverem condições de acessibilidade, alinham-se com os princípios da inclusão educacional, que implicam assegurar não só o acesso, mas condições plenas de participação e aprendizagem a todos os estudantes (Brasil, 2013, p. 4).

Portanto, este estudo busca identificar e analisar artigos que apresentam políticas e programas que promovem o acesso e a permanência de pessoas com deficiência no ensino superior, além de investigar as barreiras enfrentadas na implementação desses mecanismos.

Método

Para atender ao objetivo desta pesquisa foi adotada uma abordagem qualitativa, empregando revisão integrativa que permitiu uma análise das publicações acadêmicas relevantes sobre o tema “Políticas e programas de apoio que promovem a inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior”. Desse modo, este artigo é resultado de uma revisão integrativa realizada na base de dados da Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), utilizando os seguintes descritores: “Ensino Superior” AND “Pessoa com Deficiência” AND “Políticas de Inclusão”. O objetivo de utilizar descritores é assegurar a inclusão de estudos de relevância para o escopo da pesquisa, com ênfase nos programas/núcleos de acessibilidade que implementam as legislações atuais de inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior, estabelecidas pelo Ministério da Educação (Brasil, 2007). O período de seleção das publicações foram os últimos 15 anos, ou seja, os artigos publicados entre 2009 e 2024.

A inclusão educacional exige um compromisso contínuo com a inovação e a melhoria das práticas pedagógicas. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), as universidades devem investir na criação de programas e núcleos de acessibilidade de referência que ofereçam suporte para a permanência do estudante com deficiência. Essa lei aborda a criação e implementação de políticas e programas específicos, como bolsas de estudo, adaptações curriculares e suporte pedagógico, visando eliminar as barreiras que impedem a plena participação dos estudantes com deficiência no ensino superior.

Essa metodologia proporcionou uma compreensão abrangente das tendências, perspectivas e debates atuais relacionados à educação inclusiva no ensino superior, fundamentando as análises e discussões apresentadas neste estudo. Após a seleção dos descritores apropriados, foi realizada uma busca na base de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO).

Os estudos incluídos abordam políticas de inclusão e programas de apoio destinados aos estudantes com deficiência matriculados no ensino superior, escritos na língua portuguesa, com acesso aberto, contendo o texto na íntegra, classificado dentro da área da educação. Os estudos excluídos foram aqueles que não tratavam das políticas de inclusão de pessoas com deficiência em outros níveis de ensino, fora do escopo do ensino superior, publicados em outras áreas para além da educação e que não tinham textos com acesso aberto e completos para leitura.

Dos seis estudos recuperados, todos foram selecionados para análise, pois satisfaziam os critérios de inclusão. Assim, a análise foi focada nas políticas de inclusão no ensino superior.

Quadro 1. Descritores e resultados

Descritores	Artigos recuperados	Artigos analisados
(Ensino Superior) AND (Pessoa com Deficiência) AND (Políticas de Inclusão)	06	06

Fonte: Elaboração própria (2024).

Os estudos selecionados foram apresentados de forma clara e sucinta, utilizando um quadro com ano de publicação, tipo de estudo, título, autor, universidade e repositório. Essa abordagem, sugerida por Souza, Silva e Carvalho (2010), é eficaz para comunicar resultados de revisões integrativas. Também foram consideradas as implicações práticas e teóricas, as limitações do estudo e sugestões para pesquisas futuras.

Quadro 2. Artigos selecionados

Nº	Ano/Qualis	Título	Autor/es	Revista
A1	2010 – A1	Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior	Inajara Mills SIQUEIRA, Carla da Silva SANTANA	Revista Brasileira de Educação Especial https://www.scielo.br/j/rbee/a/KkflLrZ4kTjdTyMhbY3gzfk/?lang=pt
A2	2013- A1	Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior	Emerson Rodrigues DUARTE, Carla Beatriz da Silva RAFAEL, Juliana Fernandes FILGUEIRAS, Clara Mockdece NEVES, Maria Elisa Caputo FERREIRA	Revista Brasileira de Educação Especial https://www.scielo.br/j/rbee/a/vysNfqkGp33FbMDyzLwpVPC/?lang=pt#
A3	2016- A1	Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras	Ana Paula Camilo CIANTELLI, Lúcia Pereira LEITE	Revista Brasileira de Educação Especial https://www.scielo.br/j/rbee/a/xThwG4TvvtVT86tFY9cG66nN/?lang=pt
A4	2017- A1	Sombreando a Pessoa com Deficiência: Aplicabilidade da Técnica de Sombreamento na Coleta de Dados em Pesquisa Qualitativa	Jackeline Susann Souza da SILVA, Windyz Brazão FERREIRA	Revista Brasileira de Educação Especial https://www.scielo.br/j/rbee/a/SWXTWYXxXhvWCJ39mCRqSHH/?lang=pt#
A5	2019- A1	Representações de práticas inclusivas: da realidade vivida aos caminhos da inclusão no ensino superior na Amazônia Paraense	Joana d'Arc de Vasconcelos NEVES, Rogerio Andrade MACIEL, Marcos Vinicius Sousa OLIVEIRA	Brasileira de Estudos Pedagógicos RBEP https://www.scielo.br/j/rbeped/a/8hYmJ8mP5pw8yhTw9NYpX4q/?lang=pt
A6	2021- B1	Inclusão educacional da pessoa com deficiência visual no ensino superior	Jailma Cruz da SILVA, Adriana Miranda PIMENTEL	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional https://www.scielo.br/j/cadbto/a/jK7sbFJxkRX4z3nZ9bcdwdJ/?lang=pt

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Nota: Utiliza-se a letra “A” acompanhada de número para referenciar os artigos, tornando a leitura prática.

Atentou-se para as palavras-chave dos seis artigos selecionados, pois entende-se que elas traduzem a relevância dos estudos.

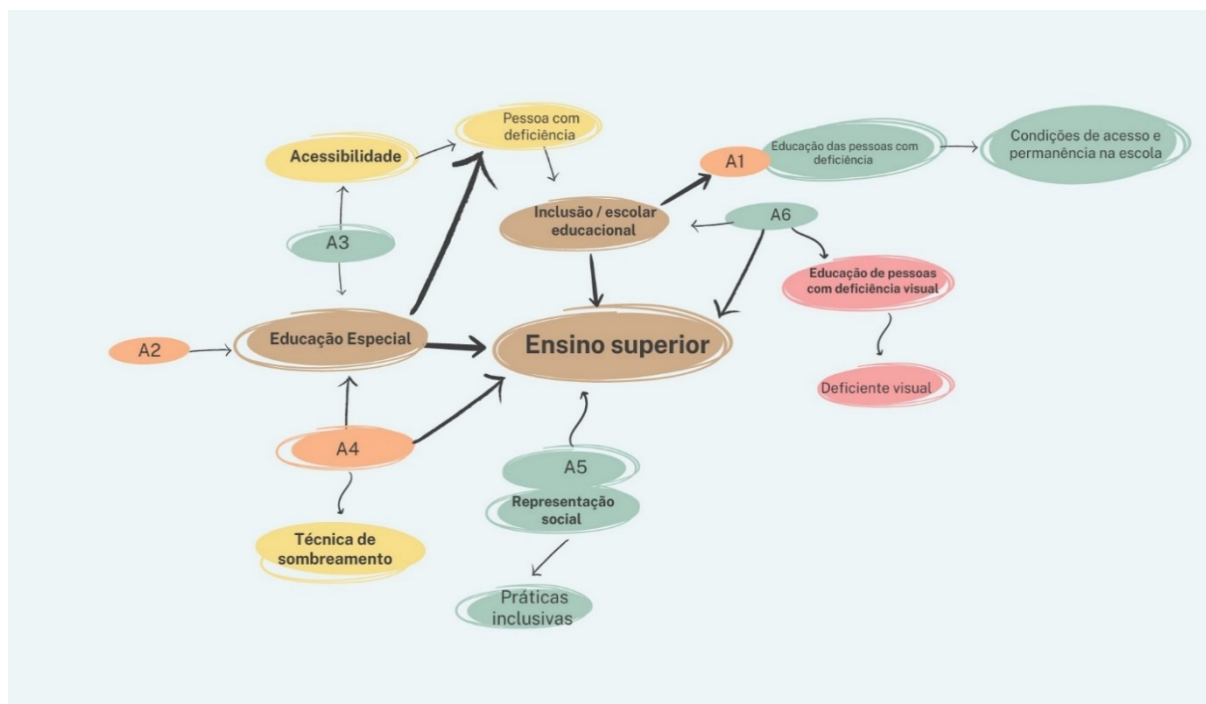
As palavras-chave são essenciais para a indexação, visibilidade e alcance de um artigo científico. Sua escolha adequada aumenta a probabilidade de o trabalho ser encontrado, demonstra credibilidade e relevância, amplia o alcance do público e facilita o acesso ao conteúdo. É importante seguir as normas editoriais e dedicar atenção à seleção criteriosa das palavras-chave para maximizar o impacto da pesquisa (Garcia; Gattaz C.; Gattaz N., 2019).

A análise da frequência das palavras-chave dos artigos revela os principais focos e tendências dos estudos sobre inclusão educacional e educação especial. As palavras mais recorrentes refletem uma ênfase significativa em temas relacionados à "educação especial", "ensino superior" e "pessoa com deficiência".

A palavra-chave "educação especial" aparece em quatro dos seis estudos, indicando uma preocupação comum com as práticas e políticas voltadas para a educação de pessoas com necessidades especiais. "Ensino superior" também é mencionado frequentemente, destacando a importância de discutir a inclusão e acessibilidade em instituições de ensino superior, um nível de educação que, muitas vezes, enfrenta desafios específicos relacionados à inclusão.

Outra palavra-chave recorrente é "pessoa com deficiência", encontrada em três artigos, reforçando o foco na identificação e discussão das necessidades e direitos dessa população dentro do sistema educacional. "Inclusão" e "acessibilidade" também aparecem em múltiplos estudos, sublinhando a necessidade de se criar ambientes educacionais que não apenas aceitem, mas também apoiem ativamente a participação plena de todos os discentes, independentemente de suas habilidades.

Além disso, termos como "condições de acesso e permanência na escola" e "práticas inclusivas" são destacados, evidenciando a preocupação com a implementação prática de políticas e técnicas que assegurem não apenas o acesso, mas também a continuidade e o sucesso dos estudantes com deficiência na educação.

Figura 1. Mapa conceitual das palavras-chave

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Nota: Utiliza-se a letra “A”, acompanhada de número para referenciar os artigos, tornando a leitura prática.

A análise das palavras-chave demonstra, portanto, um compromisso consistente com a melhoria das condições educacionais para pessoas com deficiência, enfatizando tanto os aspectos legislativos e institucionais quanto as práticas pedagógicas e inclusivas necessárias para promover uma educação acessível e inclusiva. No próximo passo, apresentam-se as categorias criadas a partir da análise realizada dos artigos selecionados.

Categorias de análise

A elaboração das categorias de análise foi um processo fundamental para garantir a coerência e a profundidade na análise dos artigos. Utilizando a frequência dos tópicos presentes nos seis estudos analisados, foi possível estabelecer categorias e subcategorias específicas.

Quadro 3. Matriz de frequência – construção das categorias e subcategoria

Estudo	Categoria A Legislação/ políticas / declarações	Categoria B Acesso/ acessibilidade e permanência da pessoa com deficiência	Subcategoria programas/ núcleos de acessibilidade
A1	01 documento	Acesso/ acessibilidade – 16 x Permanência – 02 x	01 programa
A2	02 documentos	Acesso / acessibilidade – 10 x Permanência – 4 x	00
A3	10 documentos	Acesso / acessibilidade – 24 x	02 programas

		Permanência – 4 x	
A4	04 documentos	Acesso / acessibilidade – 16 x Permanência – 0 x	00
A5	02 documentos	Acesso / acessibilidade – 16 x Permanência – 0 x	00
A6	04 documentos	Acesso / acessibilidade – 23 x Permanência – 12 x	00

Fonte: Elaboração própria (2024).

Tomando como base a matriz de frequência, as principais categorias emergentes foram: A) legislação e políticas institucionais; e B) acesso /acessibilidade e permanência” e subcategorias “programas de acessibilidade”. Observa-se que o tema “acesso/acessibilidade” foi o mais frequentemente mencionado, com destaque para os estudos A3 e A6, que apresentaram as maiores frequências (24 e 23 menções, respectivamente). Em contrapartida, os “programas de acessibilidade” foram, em geral, menos mencionados, com exceção dos estudos A1 e A3. Essa matriz de frequência revela a ênfase dos estudos na discussão sobre acesso e acessibilidade, indicando áreas potenciais para maior exploração no campo das políticas institucionais e programas de permanência.

Assim, com base na frequência, as categorias de análise foram definidas previamente da seguinte maneira:

A) Legislação e políticas institucionais: é fundamental para garantir a implementação efetiva e sustentável de práticas de acessibilidade e inclusão. Ela proporciona a base legal e necessária para que as instituições cumpram normas e padrões mínimos, assegurando direitos e promovendo a inclusão de maneira sistemática. Além disso, essas políticas criam um ambiente onde a inclusão é uma prática contínua e monitorada, facilitando o acesso igualitário a oportunidades para todos. Por fim, servem como referência crucial para melhorias, permitindo ajustes e reformas, conforme necessário, para atender melhor às necessidades da população.

B) Acessibilidade e permanência: ao garantir a acessibilidade e promover a permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior, as instituições contribuem para a construção de um ambiente inclusivo e para o desenvolvimento pleno desses estudantes.

Subcategoria: programas de apoio pedagógico são essenciais para garantir o sucesso acadêmico e a inclusão dos discentes com deficiência no ensino superior, proporcionando as condições necessárias para que possam desenvolver todo o seu potencial.

O próximo passo foi analisar detalhadamente os dados coletados em cada categoria, buscando identificar lacunas, desafios e boas práticas. Os dados foram organizados em um quadro para apresentar, com precisão, a frequência das categorias, oferecendo uma síntese clara das informações coletadas.

Quadro 4. Matriz síntese de análise

ESTUDO	CATEGORIA A Legislação e políticas institucionais	CATEGORIA B Acessibilidade e permanência	SUBCATEGORIA Programas de apoio pedagógico
A1	X	X	X
A2	X	X	-
A3	X	X	X
A4	X	X	-
A5	X	X	-
A6	X	X	-

Fonte: Elaboração própria (2024), com base em Botelho, Cunha e Macedo (2011).

Em seguida, será apresentada a análise das categorias e discussão.

Análise e discussão

Ao analisar as políticas apresentadas por Siqueira e Santana (2010), Duarte *et al.* (2013), Ciantelli e Leite (2016), Silva e Ferreira (2017), Neves, Maciel e Oliveira (2019) e Silva e Pimentel (2021), pode-se identificar várias semelhanças e convergências nas abordagens de inclusão e acessibilidade no ensino superior. A seguir, apresenta-se o quadro com as legislações, políticas e declarações apresentadas nos artigos estudados.

Quadro 5. Políticas, legislações e declarações

Artigo	Legislação/ Política /Declaração	Finalidade
A1	1- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 2- Programa Incluir (2005) 3- Declaração de Salamanca (1994)	1- Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. 2- Propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (Ifes). 3- Promove a educação inclusiva, garantindo que as escolas acolham todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.
A2	1-Declaração de Salamanca (1994) 2-Declaração Mundial de Educação para Todos (1990)	1- Promove a educação inclusiva, garantindo que as escolas acolham todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. 2- Assegura a educação para todos, priorizando o acesso e a qualidade da educação básica.
A3	1- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. 2-Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 3- Lei nº 7.234, de 19 de julho de 2010. 4- Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 5- Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, DF:	1- Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2- Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. 3- Implementa o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). 4- Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. 5- Orienta as políticas de educação especial, no Brasil, para garantir a inclusão educacional.

	MEC, 2008 6- Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 7- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 8- Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 09- Portaria Federal nº 3.284, de 7 de novembro de 2003 10- Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. MEC/SEESP, 2001	6- Institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI). 7- Regulamenta a educação de surdos. 8- Estabelece critérios de acessibilidade em edificações e espaços públicos. 9- Dispõe sobre requisitos de acessibilidade para instruir os processos de autorização e reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições. 10- Defini orientações para a educação especial na educação básica.
A4	1-Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000 2- Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 3- Lei 6.949 de 25 de agosto de 2009. 4- Resolução 196/96, outorgada pelo Decreto nº 93.933, de 14 de janeiro de 1987. 5- Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (2006).	1-Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2- Estabelece critérios de acessibilidade em edificações e espaços públicos. 3- Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. 4- Estabelece diretrizes e normas para a pesquisa envolvendo seres humanos. 5- Visa promover, proteger e assegurar os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência, garantindo sua plena inclusão e participação na sociedade em condições de igualdade.
A5	1-Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 2- Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003	1- Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2- Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
A6	1- Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 2- Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, DF: MEC, 2008 3- Lei nº 13.146, de 06 de julho de 201. 4- Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016 altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012	1- Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. 2- Orienta as políticas de educação especial, no Brasil, para garantir a inclusão educacional. 3- Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) 4- Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência, nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Nota: Utiliza-se a letra “A” acompanhada de número para referenciar os artigos, tornando a leitura prática.

Será apresentada, a seguir, a análise de categoria:

A) **Legislação e políticas institucionais:** todos os artigos usaram leis, políticas ou declarações para suas devidas discussões. A análise das políticas, legislações e declarações referentes à inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência no Brasil e no contexto

internacional revela um compromisso crescente com a promoção de direitos e oportunidades igualitárias. Pode-se observar, em seguida, um cruzamento dessas informações, destacando as principais finalidades e inter-relações.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (A1) é um marco importante, pois estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Essa legislação é fundamental para garantir a inclusão física e social dessas pessoas, fornecendo um *framework* legal para diversas outras políticas e regulamentos subsequentes.

No cenário internacional, a Declaração de Salamanca (1994) (A2) e a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) (A2) destacam-se por promoverem a educação inclusiva e universal. A Declaração de Salamanca enfatiza que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições, enquanto a Declaração Mundial de Educação para Todos reforça a necessidade de acesso e qualidade na educação básica para todos.

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (A3), conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), é outro documento crucial, consolidando direitos e garantias para a inclusão plena das pessoas com deficiência na sociedade. Complementar a essa lei, o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 (A3), regulamenta a educação especial e o atendimento educacional especializado, promovendo um ambiente educacional inclusivo e acessível.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (A3), estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC), em 2008, orienta as práticas educacionais no Brasil, assegurando que as políticas de educação especial estejam alinhadas com a perspectiva da inclusão. A Portaria Federal nº 3.284, de 7 de novembro de 2003 (A3), e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (A3) fornecem orientações adicionais para a implementação dessas políticas.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (A3), assinada em Nova York, em 2007, e promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 (A3), reafirma o compromisso internacional do Brasil em assegurar os direitos das pessoas com deficiência, influenciando a legislação e as políticas nacionais.

Adicionalmente, o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 (A3, A4, A6), regulamenta as leis nº 10.048 e nº 10.098, detalhando os critérios de acessibilidade em edificações e espaços públicos. Esse decreto é complementado pela Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016 (A6), que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), de 2007, (A3) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), de 2004, (A3) são iniciativas voltadas para a

inclusão educacional, proporcionando assistência e oportunidades para estudantes com deficiência.

O Programa Incluir, que propõe acessibilidade na educação superior, existe desde 2005 (A1) e foi destinado apenas para as instituições federais da educação superior, deixando descoberto os estudantes das universidades estaduais e privadas.

Por fim, a Resolução 196/96, outorgada pelo Decreto nº 93.933, de 14 de janeiro de 1987 (A4), estabelece diretrizes e normas para a pesquisa envolvendo seres humanos, assegurando a ética e os direitos das pessoas com deficiência nas pesquisas científicas.

Essa análise cruzada revela um sistema robusto de legislações e políticas que, interconectadas, promovem a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência em diversas esferas da vida pública e privada, refletindo um compromisso contínuo com os direitos humanos e a igualdade de oportunidades.

Embora seja de grande relevância contar com um amplo aparato legal, essa realidade precisa ser problematizada, especialmente no contexto do ensino superior. As políticas de inclusão são, sem dúvida, fundamentais, mas, por si só, não resolvem as fraturas estruturais que continuam a perpetuar a exclusão dos estudantes com deficiência nas universidades.

Apesar da existência de legislações avançadas, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e o Programa Incluir (2005), que visa promover acessibilidade e suporte aos estudantes nas universidades federais, muitas instituições enfrentam dificuldades na implementação prática dessas políticas. A presença de leis que garantem direitos não assegura automaticamente a transformação das práticas institucionais. Um campus universitário pode ter acessibilidade física, mas barreiras invisíveis, como a ausência de apoio pedagógico adequado, preconceitos e estigmatização, que continuam sendo obstáculos enfrentados diariamente pelos estudantes com deficiência. Por exemplo, enquanto o acesso a rampas e intérpretes de Libras pode ser assegurado, esses estudantes podem encontrar dificuldades para obter materiais didáticos acessíveis ou participar integralmente das discussões em sala de aula devido à falta de formação dos professores e funcionários para lidar com diferentes necessidades. As políticas, embora importantes para criar um ponto de partida, precisam ser acompanhadas de uma mudança cultural mais ampla, que vai além do mero cumprimento de normas e exige a transformação das mentalidades e das práticas cotidianas no ambiente universitário.

Outro aspecto crucial que merece atenção é a questão das barreiras socioeconômicas, frequentemente negligenciadas pelas políticas de inclusão no ensino superior. Programas como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e o PROUNI, que oferecem apoio financeiro e bolsas de estudo, são indispensáveis, mas não suficientes para enfrentar as múltiplas camadas de desigualdade vivenciadas por esses estudantes. A desigualdade econômica pode impactar sua capacidade de acessar equipamentos especializados, transporte acessível ou até mesmo moradia próxima à universidade. Essa problemática se agrava nas

universidades estaduais e privadas, que, frequentemente, não recebem os mesmos incentivos ou suporte para implementar políticas de inclusão eficazes. Isso cria um sistema fragmentado, em que os estudantes das universidades podem contar com mais suporte, enquanto os de outras instituições continuam enfrentando a exclusão.

A falta de recursos financeiros e de infraestrutura em muitas instituições de ensino superior também representa um obstáculo significativo. Embora existam leis e políticas vigentes, muitas universidades não dispõem de laboratórios acessíveis, bibliotecas adaptadas ou tecnologias assistivas adequadas às necessidades dos estudantes com deficiência. Sem o financiamento adequado e o compromisso a longo prazo com a acessibilidade, essas políticas, frequentemente, ficam limitadas ao campo das intenções. Além disso, a ausência de um planejamento abrangente para adaptar currículos, metodologias de ensino e avaliações para diferentes tipos de deficiência continua sendo um grande desafio. A inclusão vai além da acessibilidade física e requer uma abordagem pedagógica inclusiva, que leve em consideração as diversas formas de aprendizagem e participação.

A questão da interseccionalidade também deve ser considerada, pois as políticas de inclusão no ensino superior, muitas vezes, não levam em conta as múltiplas formas de exclusão que os estudantes com deficiência enfrentam. Aqueles que também pertencem a grupos marginalizados por razões de raça, gênero, sexualidade ou classe social podem encontrar desafios ainda maiores para se integrar plenamente no ambiente universitário. Muitas dessas políticas tratam as pessoas com deficiência como um grupo homogêneo, ignorando as diferentes realidades que atravessam suas vidas. Um estudante com deficiência que também seja de baixa renda ou uma mulher negra, por exemplo, pode lidar com barreiras adicionais que, muitas vezes, não são contempladas nas políticas de inclusão.

Além disso, é essencial que os membros da comunidade universitária sejam preparados para lidar com a diversidade e promover a inclusão de maneira eficaz. Professores, colegas e funcionários precisam estar instrumentalizados para apoiar os estudantes com deficiência de forma apropriada. A falta de formação adequada pode resultar em situações em que, mesmo com a existência de políticas inclusivas, esses estudantes não se sintam acolhidos ou devidamente apoiados em sua trajetória acadêmica. A formação contínua da equipe acadêmica e administrativa é fundamental para garantir que as necessidades desses estudantes sejam atendidas de forma eficaz e humanizada.

Categoria B) Acessibilidade e permanência e a subcategoria: programas de apoio pedagógico são essenciais para garantir o sucesso acadêmico e a inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior, proporcionando as condições necessárias para que possam desenvolver todo o seu potencial.

Ao garantir a acessibilidade e promover a permanência dos discentes com deficiência no ensino superior, as instituições contribuem para a construção de um ambiente inclusivo e para o desenvolvimento pleno desses estudantes.

Os estudos têm analisado tanto os pontos altos quanto as lacunas existentes nos esforços de inclusão, fornecendo uma visão abrangente e crítica sobre o assunto.

O estudo (A1) discute o Programa Incluir, criado em 2005, que desempenhou um papel essencial no processo de inclusão no ensino superior. No entanto, não aprofundou o tema de maneira significativa. O Programa Incluir, uma iniciativa pioneira do governo federal brasileiro, visa promover a inclusão de estudantes com deficiência nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Sua principal estratégia é a criação de núcleos de acessibilidade em cada instituição, com o objetivo de eliminar barreiras pedagógicas, arquitetônicas, de comunicação e de informação, facilitando, assim, a integração e permanência desses estudantes no ambiente acadêmico.

Entre 2005 e 2011, o Programa Incluir operava por meio de chamadas públicas, nas quais as universidades federais competiam por recursos financeiros para implementar projetos voltados à inclusão. Esse modelo de financiamento era baseado em editais que avaliavam e aprovavam propostas, incentivando a inovação e a aplicação de soluções diversificadas para os desafios da acessibilidade. No entanto, esse sistema também apresentava limitações, como a incerteza dos recursos e a necessidade de competição entre as instituições.

A partir de 2012, o Programa Incluir passou por uma transformação significativa, pois foi incorporado à Política de Acessibilidade das IFES e começou a contar com um financiamento contínuo, integrado ao orçamento de cada instituição. Essa mudança consolidou o programa, tornando-o parte integrante da estrutura administrativa e financeira das universidades federais. Essa institucionalização trouxe maior estabilidade e previsibilidade para as ações de acessibilidade, permitindo uma abordagem mais consistente e planejada para atender às necessidades dos estudantes com deficiência.

Apesar dos avanços alcançados, o Programa Incluir ainda enfrenta desafios e limitações. Uma das principais restrições é que o programa é limitado às universidades federais, excluindo as instituições de ensino superior estaduais e privadas. Essa restrição reduz o impacto potencial do programa, uma vez que uma parte significativa do sistema de ensino superior brasileiro fica fora de seu alcance. Além disso, embora o foco principal do Programa Incluir seja a inclusão de estudantes com deficiência, ele não aborda outras necessidades educativas específicas que também são importantes para a promoção da equidade educacional. Por exemplo, estudantes com altas habilidades ou transtornos globais de desenvolvimento não são diretamente beneficiados pelas ações do programa, o que representa uma lacuna significativa na abordagem das diversidades educacionais.

Portanto, para avançar na promoção da inclusão no ensino superior, é necessário considerar a ampliação do Programa Incluir para englobar instituições estaduais e privadas, bem como a inclusão de uma gama mais ampla de necessidades educativas. Esse desenvolvimento poderia contribuir para uma abordagem mais abrangente e inclusiva, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas características ou

necessidades específicas, tenham acesso a oportunidades educacionais equitativas e de qualidade.

Entre os pontos altos da análise dos estudos, destaca-se o investimento significativo em ações de acessibilidade arquitetônica por parte de muitas instituições, como a construção de rampas e espaços acessíveis, além da instalação de elevadores, conforme indicado pelo estudo A3. Além disso, há um enfoque em ações voltadas para a aquisição de produtos que promovam a conscientização da comunidade acadêmica e a adequação de processos seletivos, como observado no estudo A1. Outro ponto positivo é a tendência maior de matrícula de estudantes com deficiência em cursos noturnos e em instituições privadas, além de uma distribuição significativa desses discentes em áreas como Humanidades, Saúde e Exatas, como foi identificado no estudo realizado em Juiz de Fora (A2).

A formação e qualificação dos educadores também são pontos de destaque. A formação diversificada dos coordenadores dos núcleos de acessibilidade, incluindo áreas como Arquitetura, Educação Especial e Psicologia, contribui para uma abordagem multidisciplinar na promoção da acessibilidade, conforme mencionado no estudo A3. Além disso, a necessidade de uma política de formação continuada para professores universitários é essencial, visando a capacitar o corpo docente sobre as características e particularidades dos estudantes com deficiência, como destacado no estudo A5.

Outro aspecto positivo é a utilização de métodos de pesquisa e análise que proporcionam uma compreensão mais profunda das experiências dos estudantes com deficiência. A técnica de sombreamento, por exemplo, permitiu que os pesquisadores acompanhassem de perto a rotina e as experiências de um estudante com deficiência, proporcionando uma reflexão mais abrangente sobre as barreiras enfrentadas no ambiente acadêmico, conforme relatado no estudo A4.

No entanto, existem lacunas significativas que precisam ser abordadas. A dificuldade em acessar projetos na íntegra e a falta de informações detalhadas sobre os projetos submetidos e aprovados representam um desafio para a avaliação completa do apoio governamental às propostas de acessibilidade no ensino superior, como observado no estudo A1. A limitação de estudos a contextos específicos, como a cidade de Juiz de Fora, sem abranger uma amostra mais ampla em âmbito nacional, também é uma lacuna significativa, como foi apontado no estudo A2.

Além disso, apesar das ações de acessibilidade arquitetônica realizadas, ainda existem obstáculos físicos que dificultam o acesso autônomo dos estudantes com deficiência aos espaços universitários, indicando a necessidade de mais ajustes conforme as normas legais vigentes, como identificado no estudo A3. A falta de diversidade de experiências captadas e a necessidade de uma maior integração de abordagens teóricas complementares também são desafios apontados no estudo A4.

Finalmente, a lacuna entre a realidade vivida no contexto acadêmico e os dispositivos legais, evidenciando que a infraestrutura física e as dimensões pedagógicas ainda não acompanham os discursos dos discentes com deficiência sobre inclusão, representa um desafio significativo, conforme destacado no estudo A5. A falta de uma produção científica robusta e diversificada sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, especialmente para aqueles com deficiência visual, também é uma preocupação, como relatado no estudo A6.

Em resumo, apesar dos avanços significativos na inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior, ainda há muitos desafios a serem enfrentados. A necessidade de maior clareza sobre as ações desenvolvidas, a extenuante jornada de trabalho dos educadores que impede o planejamento adequado e a falta de programas efetivos de formação continuada são alguns dos principais desafios identificados. A continuidade na melhoria das políticas de inclusão e a promoção de uma infraestrutura adequada e práticas pedagógicas inclusivas são essenciais para garantir a plena participação e sucesso dos estudantes com deficiência no ensino superior.

Resultado / Discussão

A análise das legislações e políticas institucionais relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior revela um cenário de avanços significativos e desafios persistentes. A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, por exemplo, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, fornecendo um arcabouço legal fundamental para diversas outras políticas subsequentes. No contexto internacional, a Declaração de Salamanca (1994) e a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) são ressaltadas por promoverem a educação inclusiva e universal, evidenciando a importância de acolher todas as crianças, independentemente de suas condições (A1, A2).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) consolida direitos e garantias para a inclusão plena das pessoas com deficiência na sociedade. Complementando essa lei, o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, regulamenta a educação especial e o atendimento educacional especializado, promovendo um ambiente educacional inclusivo e acessível. Outras iniciativas, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Portaria Federal nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, orientam as práticas educacionais no Brasil, assegurando que as políticas de educação especial estejam alinhadas com a perspectiva da inclusão (A3).

Embora muitas instituições tenham investido significativamente em ações de acessibilidade arquitetônica, como a construção de rampas e espaços acessíveis, além da instalação de elevadores, ainda existem obstáculos físicos que dificultam o acesso independente dos estudantes com deficiência aos espaços universitários. Isso indica a necessidade de mais ajustes conforme as normas legais vigentes (A3). Além disso, é

necessário enfrentar o desafio da falta de diversidade nas experiências coletadas e a necessidade de integrar de forma mais abrangente abordagens teóricas complementares (A4).

A formação e qualificação dos educadores também são pontos de destaque. A formação diversificada dos coordenadores dos núcleos de acessibilidade, incluindo áreas como Arquitetura, Educação Especial e Psicologia, contribui para uma abordagem multidisciplinar na promoção da acessibilidade. Porém, existe a necessidade de uma política de formação continuada para professores universitários, visando capacitar o corpo docente sobre as características e particularidades dos estudantes com deficiência (A3, A5).

Outro aspecto positivo é a utilização de métodos de pesquisa e análise que proporcionam uma compreensão mais profunda das experiências dos discentes com deficiência. Por exemplo, a técnica de sombreamento possibilitou que os pesquisadores acompanhassem de perto o dia a dia e as experiências de um estudante com deficiência, o que permitiu uma reflexão mais aprofundada sobre as barreiras enfrentadas no ambiente acadêmico (A4).

Embora tenham ocorrido avanços relevantes na inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior, ainda existem muitos desafios a serem superados. Entre os principais desafios identificados estão a necessidade de mais transparência nas ações realizadas, a jornada de trabalho intensa dos educadores que prejudica o planejamento adequado e a ausência de programas eficazes de formação continuada. Para garantir a plena participação e o sucesso dos estudantes com deficiência no ensino superior, é fundamental continuar aprimorando as políticas de inclusão, além de promover uma infraestrutura adequada e práticas pedagógicas inclusivas (A5, A6).

Uma análise cruzando os resultados obtidos com os conceitos e autores discutidos na introdução é válida, pois revela uma compreensão mais profunda sobre os desafios e avanços na inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior.

O conceito de inclusão, como foi discutido por Ferreira (2007), vai além do mero acesso físico às instituições de ensino, abrangendo a necessidade de criar um ambiente que atenda plenamente às necessidades de todos os estudantes. Este conceito destaca a importância de políticas públicas robustas que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência dos estudantes com deficiência. Essas políticas devem abordar e eliminar barreiras físicas, atitudinais e comunicacionais, promovendo um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Os resultados das categorias mostram que, apesar da existência de políticas e legislações abrangentes, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a implementação prática dessas medidas ainda enfrenta inúmeros obstáculos. Muitas instituições de ensino superior não estão totalmente preparadas para atender às necessidades específicas dos estudantes com deficiência, apesar dos avanços significativos em termos de acessibilidade física e legislação. Essa constatação está em linha com os

conceitos discutidos por Ferreira (2007) e outros autores que enfatizam a importância de uma preparação institucional abrangente e contínua.

O estudo também destaca desafios persistentes, como a falta de infraestrutura adequada e a necessidade de formação continuada para os educadores. Esses desafios são corroborados por Castro e Almeida (2014), que sublinham a importância de políticas educacionais que garantam não só o acesso, mas também a permanência dos estudantes. A formação contínua dos professores é fundamental para que eles possam lidar com as diversas necessidades dos estudantes, um ponto também abordado por Neves, Maciel e Oliveira (2019), que apontam para a lacuna existente entre as políticas de inclusão e a realidade prática nas instituições de ensino.

Em conclusão, a análise final indica que, embora existam políticas e legislações importantes para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, a implementação dessas políticas ainda é insuficiente para garantir uma inclusão plena e efetiva. A necessidade de melhorar a infraestrutura, capacitar os educadores e promover uma cultura de inclusão nas instituições é evidente. Os conceitos e autores discutidos na introdução corroboram a visão de que a inclusão é um processo contínuo e multifacetado, que exige esforços coordenados e sustentados para garantir a participação plena e o sucesso dos estudantes com deficiência no ensino superior.

Considerações finais

O objetivo desta pesquisa foi analisar as legislações e políticas relacionadas ao apoio de estudantes com necessidades educacionais específicas nas Instituições de Ensino Superior, além de identificar os programas de suporte oferecidos nessas instituições. A revisão integrativa das produções científicas sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior revelou que, apesar dos avanços na criação de políticas inclusivas, desafios significativos permanecem, como a falta de clareza nas ações institucionais, a sobrecarga de trabalho dos educadores, que dificulta o planejamento adequado, e a carência de programas eficazes de formação continuada para os docentes. Além disso, melhorias na infraestrutura física e a promoção de práticas pedagógicas inclusivas são essenciais para garantir a participação plena dos estudantes com deficiência.

O estudo também sistematizou as principais legislações, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Programa Incluir (2005) e a Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, que orienta a criação de núcleos, salas ou programas de apoio para estudantes com deficiência. Essas normas oferecem uma base sólida para a promoção da acessibilidade e inclusão no ensino superior. No entanto, a implementação prática dessas leis nem sempre atende às necessidades dos estudantes, evidenciando a necessidade de revisar e aprimorar essas políticas para melhor alinhar-se com a realidade dos discentes.

A pesquisa atingiu seu objetivo de identificar as legislações e políticas existentes, bem como os programas de suporte, revelando tanto os pontos fortes quanto as lacunas no sistema atual. É fundamental que futuras pesquisas continuem a explorar esse tema, com foco na aplicação prática das políticas e na avaliação de seu impacto real nas experiências dos estudantes com deficiência. Além disso, é importante investigar mais profundamente as estratégias específicas adotadas pelas instituições de ensino para promover a inclusão e o suporte aos estudantes, bem como a eficácia dos núcleos de apoio.

Recomenda-se que estudos futuros ampliem a amostra de pesquisa para incluir uma variedade maior de contextos institucionais e geográficos, oferecendo uma visão mais abrangente e representativa da inclusão no ensino superior em diferentes regiões do país. Em suma, a melhoria contínua das políticas de inclusão, aliada a uma infraestrutura adequada e a práticas pedagógicas inclusivas, é essencial para garantir a participação e o sucesso dos estudantes com deficiência. A pesquisa reforça a importância de um compromisso contínuo com a inclusão educacional, visando à construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Em virtude dos fatos mencionados, é evidente que, apesar de existirem políticas significativas, a implementação prática enfrenta desafios que comprometem o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior. Levando-se em consideração esses aspectos, é crucial que as instituições e os formuladores de políticas trabalhem de maneira conjunta para criar um ambiente inclusivo e responsivo às diversas necessidades dos estudantes. Recomenda-se, portanto, que futuras pesquisas explorem as estratégias adotadas pelas instituições de ensino para promover a inclusão e o suporte aos discentes com deficiência. Por todos esses aspectos, é imperativo que a comunidade acadêmica e os responsáveis pelas políticas educacionais promovam uma cultura de inclusão, garantindo que todos os estudantes tenham a oportunidade de desenvolver plenamente seu potencial.

Pela observação dos aspectos analisados, conclui-se que a construção de uma sociedade mais justa e equitativa depende de uma educação verdadeiramente inclusiva, em que a diversidade é reconhecida e valorizada como uma força essencial para o enriquecimento de todos.

Referências

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, [S. l.], v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2022**: resumo técnico. Brasília, DF, 2023. Disponível em: http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/id/6949271. Acesso em: 5 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União: Brasília**, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 5 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação In Loco do sistema nacional de avaliação da Educação Superior (SINAES)**. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm. Acesso em: 5 jul. 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 5 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva&category_slug=agosto-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 5 jul. 2024.

BRASIL, **Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior**. Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial – SEESP e Secretaria de Educação Superior – SeSu. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>. Acesso em: 4 out. 2008.

CAMPOS, Débora Ribeiro da Silva. **Representações de alunos com deficiência sobre os currículos de seus cursos de graduação na Universidade Federal do Pará**. 2013. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

CASTRO, Sabrina Fernandes de; ALMEIDA, Maria Amélia. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 2, p. 179-194, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382014000200003>.

CIANTELLI, Ana Paula; LEITE, Lúcia Pereira. Ações exercidas pelos núcleos de acessibilidade nas universidades federais brasileiras. **Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 3, p. 413-428, jul./set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/xThwG4TvVVT86tFY9cG66nN/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2024.

DUARTE, Emerson Rodrigues; RAFAEL, Carla Beatriz da Silva; FILGUEIRA, Juliana Fernandes; NEVES, Clara Mockdece; FERREIRAS, Maria Elisa Caputo. Estudo de caso

sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. **Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 19, n. 2, p. 289-300, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/vysNfqkGp33FbMDyzLwpVPC/?lang=pt#>. Acesso em: 10 jul. 2024.

FERNANDES, Ana Claudia Rodrigues. **Dinâmicas de significação e trajetórias de desenvolvimento**: experiências de estudantes com deficiência autodeclarada na universidade. 2015. 216 f. Tese (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

FERREIRA, Solange Leme. Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 13, n. 1, p. 43-60, 2007.

GARCIA, Débora Cristina Ferreira; GATTAZ, Cristiane Chaves; GATTAZ, Nilce Chaves. A relevância do título, do resumo e de palavras-chave para a escrita de artigos científicos. *Revista de Administração Contemporânea*. **Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, v. 23, n. 3, maio/jun. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/KT6TxzgMBQ7WqZWTfrHKkhM/#>. Acesso em: 5 jul. 2024.

NEVES, Joana d'Arc de Vasconcelos; MACIEL, Rogério Andrade; OLIVEIRA, Marcos Vinicius Sousa. Representações de práticas inclusivas: da realidade vivida aos caminhos da inclusão no ensino superior na Amazônia paraense. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 100, n. 255, p. 443-463, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/8hYmJ8mP5pw8yhTw9NYpX4q/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2024.

ONU. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. 2006. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 03 jul. 2011.

SILVA, Jackeline Susann Souza da; FERREIRA, Windyz Brazão. Sombreando a pessoa com deficiência: aplicabilidade da técnica de sombreamento na coleta de dados em pesquisa qualitativa. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 23, n. 2, p. 185-200, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/SWXTWYXxXhvWCJ39mCRqSHH/?lang=pt#>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SILVA, Jailma Cruz da; PIMENTELA, Adriana Miranda. Inclusão educacional da pessoa com deficiência visual no ensino superior. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, [S.l.], v. 29, e2904, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/jK7sbFJxkRX4z3n9ZbcdwdJ/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SIQUEIRA, Inajara Mills; SANTANA, Carla da Silva. Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 16, n. 1, p. 127-136, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/KkfLLrZ4kTjdTyMhbY3gzfk/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SOUZA, Marcela Tavares; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, [S.l.], v. 8, n. 1, Pt 1, p. 102-106, 2010.